

RELATÓRIO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (SCI) - RPPS

JANEIRO A AGOSTO/2026

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

MEMBROS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE GARÇA/SP

DIULLIE MARIA HENRIQUETA ZENILIA GUERRA MIRANDA MENDES

Auditora Interna (Portaria 32561 de 18/12/19)

Responsável pelo Sistema de Controle Interno (Portaria 37889 de 25/06/2025 – retroagindo a 09/06/2025)

ALESSANDRA RAMOS DE MELO

Coordenadora de Corregedoria (Portaria 37924 de 07/07/2025 - retroagindo a 09/06/2025)

PAMELA MONTEIRO DA ROCHA CLEMENTE

Coordenadora de Efetividade da Gestão (Portaria 37922 de 07/07/2025 - retroagindo a 09/06/2025)

THAIANE VIGNA ANTONELLI

Coordenadora de Ouvidoria (Portaria 37923 de 07/07/2025 - retroagindo a 09/06/2025)

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

INTRODUÇÃO

O Sistema de Controle Interno do Município de Garça/SP (SCI) é regido, pela Lei Complementar nº 122 de 06/06/2025 (art 3º, Inciso I, alínea c e §4º; art 5º, Inciso I, alínea e, e art 7º, §5º), regulamentada através do Decreto nº 10.578/2026.

São norteadores de ações os dispositivos legais inerentes às atribuições de um controle interno contidos na Constituição Federal (arts 31, 70 e 74) e Estadual (arts 31, 33 e 34); Lei de Responsabilidade Fiscal (arts 48, 54 - §1º e 59); pelas normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Lei nº 4320/64, arts 75, 76 e 77); Comunicado SDG 32/2012 - TCESP; Instruções nº 1/2024 - TCESP e demais regramentos estabelecidos pela Corte de Contas.

Cumprem aos membros do SCI observância às normas jurídicas vigentes, sendo elas constitucionais, legislações federais, estaduais e municipais, além dos regramentos estabelecidos pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Em sua atuação, o Sistema de Controle Interno do Município visa o acompanhamento do planejamento e execução das políticas públicas, objetivando a oferta de serviços públicos eficientes, eficazes e efetivos aos cidadãos, através do controle da gestão dos recursos. Para tanto, avalia-se a regularidade das contas pela execução orçamentária, financeira e patrimonial, o cumprimento das metas estabelecidas nas peças orçamentárias e seus resultados, o acompanhamento das metas de superávit, o limite de despesas com pessoal, a aplicação do mínimo constitucional (receitas e transferências de impostos) nas áreas de saúde e educação, e demais ações inerentes.

O Sistema de Controle Interno tem como missão garantir a transparência dos atos e fatos de natureza pública, por meio de *accountability* - que é a responsabilidade em prestar contas dos recursos públicos aplicados por servidores de carreira e agentes políticos, no âmbito de suas competências.

O Controle Interno Central tem como objetivos balizadores auxiliar, sugerir, recomendar, alertar e solicitar providências aos órgãos componentes da Administração Direta e Indireta por meio das ações de auditoria, ouvidoria, controle, correição e monitoramento dos trabalhos executados, conferindo a devida autonomia de atuação de seus membros.

Somos o apoio ao Executivo Municipal, utilizando-se para tanto dos diversos relatórios gerenciais obtidos a partir de auditorias de conformidade e operacionais, resultantes de fiscalizações híbridas (in loco e documental) ou não, além das ações de corregedoria e ouvidoria, proporcionando alternativas de melhoria dos serviços públicos prestados, atuando dentro dos limites que competem à uma Unidade de Controle Interno, sem prejuízo da responsabilidade das ações executadas pelos controles internos setoriais.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA AUTARQUIA

Lei nº 2785/1992, e suas alterações, que criou o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do município de Garça (IAPEN).

Lei Complementar nº 088/2022, que dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo e dá outras providências.

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Lei Complementar 119/2025, que dispõe sobre a organização administrativa do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do município de Garça (IAPEN).

Lei Complementar 120/2025, que dispõe sobre o quadro de pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do município de Garça (IAPEN).

Portaria de nomeação dos membros do Comitê de Investimentos – IAPEN, sob o nº 35.620/2023.

Portaria de nomeação dos membros do Conselho Fiscal – IAPEN, sob o nº 36.207/2023, alterada pela Portaria nº 37.529/2025.

Portaria de nomeação dos membros do Conselho de Administração – IAPEN, sob o nº 36.206/2023, alterada pela Portaria nº 37.783/2025.

DO RELATÓRIO DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Servimo-nos do presente documento para apresentar o resultado das análises de acompanhamento das ações desempenhadas no âmbito do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do município de Garça - IAPEN, compreendendo o período de **janeiro a agosto de 2026**, para ciência do Dirigente da Autarquia e Chefe do Executivo, além de demais interessados nos conteúdos abordados, conferindo transparência às ações de controladoria e auditoria.



GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (EXCETO EXTRAORÇAMENTÁRIO – 1º trimestre de 2026)

Despesas	Valor (R\$)	Percentual (%)
Empenhadas	7.473.669,22	34,32
Liquidadas	7.376.712,04	35,17
Pagas	5.012.515,85	55,95

Fonte: Balancetes sintéticos das despesas e receitas do RPPS encaminhados pelo Diretor Superintendente (vide Memorando 1Doc nº 4.460/2026)

No 1º trimestre de 2026, o valor total da receita orçamentária foi de **R\$ 11.378.129,87**. Todas as despesas apresentaram resultado orçamentário **SUPERAVITÁRIO**, conforme demonstrado acima.

Alerta de Auditoria

Sem recomendações para este tópico.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (EXCETO EXTRAORÇAMENTÁRIO – 2º trimestre de 2026)

Despesas	Valor (R\$)	Percentual (%)
Empenhadas	15.591.403,95	14,44
Liquidadas	15.497.510,83	14,95
Pagas	13.106.796,58	28,07

Fonte: Balancetes sintéticos das despesas e receitas do RPPS encaminhados pelo Diretor Superintendente (vide Memorando 1Doc nº 4.460/2026)

No 2º trimestre de 2026, o valor total da receita orçamentária foi de **R\$ 18.221.998,54**. Todas as despesas apresentaram resultado orçamentário **SUPERAVITÁRIO**, conforme demonstrado acima.

Alerta de Auditoria

Sem recomendações para este tópico.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (EXCETO EXTRAORÇAMENTÁRIO – 4º bimestre de 2026)

Despesas	Valor (R\$)	Percentual (%)
Empenhadas	20.571.228,79	25,01
Liquidadas	20.501.760,19	25,26
Pagas	18.107.983,10	33,99

Fonte: Balancetes sintéticos das despesas e receitas do RPPS encaminhados pelo Diretor Superintendente (vide Memorando 1Doc nº 4.460/2026)

No 4º bimestre de 2026, o valor total da receita orçamentária foi de **R\$ 27.432.125,52**. Todas as despesas apresentaram resultado orçamentário **SUPERAVITÁRIO**, conforme demonstrado acima.

Alerta de Auditoria

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Sem recomendações para este tópico.

RESULTADO FINANCEIRO – Até março de 2026

Disponibilidade Financeira Comprometida considerando Saldo de Restos a Pagar Processados e Não Processados

ENTIDADE	DISPONÍVEL	Saldo Extra		Restos a Pagar		Emp do Exercício		SUFICIÊNCIA
		ATIVO	PASSIVO	PROCESSADO	NÃO PROC	LIQUIDADO	À LIQUIDAR	
IAPEN	184.720.639,19	0,00	154.881,68	0,00	0,00	2.364.196,19	96.957,18	<u>182.104.604,14</u>

Fonte: SCPI – Contas – Conta Corrente – Disponibilidade Comprometida

Considerando que após cômputo da disponibilidade comprometida, a liquidez para o período resultou em SUPERÁVIT.

Considerando saldo disponível ao final do mês de março de 2026, conforme Saldo dos Investimentos (<https://iapengarca.sp.gov.br/saldo-dos-investimentos/>), no valor de **R\$ 240.741.286,93**, a suficiência financeira passou a ser de **R\$ 238.125.251,17**.

RESULTADO FINANCEIRO – Até junho de 2026

Disponibilidade Financeira Comprometida considerando Saldo de Restos a Pagar Processados e Não Processados

ENTIDADE	DISPONÍVEL	Saldo Extra		Restos a Pagar		Emp do Exercício		SUFICIÊNCIA
		ATIVO	PASSIVO	PROCESSADO	NÃO PROC	LIQUIDADO	À LIQUIDAR	
IAPEN	185.729.082,11	0,00	152.301,62	0,00	0,00	2.390.714,25	93.893,12	<u>183.092.173,10</u>

Fonte: SCPI – Contas – Conta Corrente – Disponibilidade Comprometida

Considerando que após cômputo da disponibilidade comprometida, a liquidez para o período resultou em SUPERÁVIT.

Considerando saldo disponível ao final do mês de junho de 2026, conforme Saldo dos Investimentos (<https://iapengarca.sp.gov.br/saldo-dos-investimentos/>), no valor de **R\$ 247.528.202,42**, a suficiência financeira passou a ser de **R\$ 244.891.293,43**.

RESULTADO FINANCEIRO – Até agosto de 2026

Disponibilidade Financeira Comprometida considerando Saldo de Restos a Pagar Processados e Não Processados

ENTIDADE	DISPONÍVEL	Saldo Extra		Restos a Pagar		Emp do Exercício		SUFICIÊNCIA
		ATIVO	PASSIVO	PROCESSADO	NÃO PROC	LIQUIDADO	À LIQUIDAR	
IAPEN	191.337.307,94	0,00	152.301,62	0,00	0,00	2.393.777,09	69.468,60	<u>188.721.760,64</u>

Fonte: SCPI – Contas – Conta Corrente – Disponibilidade Comprometida

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Considerando que após cômputo da disponibilidade comprometida, a liquidez para o período resultou em SUPERÁVIT.

Considerando saldo disponível ao final do mês de agosto de 2026, conforme Saldo dos Investimentos (<https://iapengarca.sp.gov.br/saldo-dos-investimentos/>), no valor de **R\$ 253.472.721,85**, a suficiência financeira passou a ser de **R\$ 250.857.174,54**.

PERCENTUAL DAS DESPESAS E RECEITAS CORRENTES – março e abril de 2026

Nos últimos doze meses (maio/2025 a abril/2026), as receitas correntes totalizaram **R\$ 39.568.852,36**. As despesas correntes apresentaram o valor de **R\$ 31.338.330,14**, ajustada em **R\$ 31.351.398,41**:

Total dos últimos 12 meses R\$	R\$ 31.338.330,14
Restos a pagar não processados em 31/12/24	(+) R\$ 13.068,27
Restos a pagar não processados - Cancelamentos	(-) R\$ 0,00
Total dos últimos 12 meses ajustado	= R\$ 31.351.398,41

Na correlação entre receitas e despesas correntes, o relatório do sistema apresentou um percentual de **79,23%**, considerando as receitas e despesas intra-orçamentárias.

Considerando cálculo, para fins de parâmetro estabelecido pelo TCE/SP, onde utilizam-se como base apenas as receitas e despesas correntes - EXCETO INTRA, o percentual atingido, conforme relatório, foi de **135,54%**.

Em que pese o relatório do sistema considerar as receitas e despesas correntes totais no cômputo do percentual, para fins de atendimento ao disposto no art 167-A da CF/1988, bem como seu § 1º, o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo emite os relatórios de alerta, a partir do que versa o artigo constitucional supra, pautado na relação entre despesas e receitas correntes **exceto intra-orçamentárias**, o que resulta, por óbvio, em variação dos percentuais resultantes dos cálculos (o resultado refletirá receitas efetivas e despesas reais).

Considerando o percentual expressivo de **135,54%**, devido a subtração das despesas e receitas correntes “intra”, registro para os devidos fins, que as receitas intra-orçamentárias da Autarquia representaram **42,13%** do total das receitas correntes; excluindo-as do cômputo, verifica-se a impossibilidade de cobertura das despesas.

3. PERCENTUAL DAS DESPESAS E RECEITAS CORRENTES – julho e agosto de 2026

Nos últimos doze meses (setembro/2025 a agosto/2026), as receitas correntes totalizaram **R\$ 341.580.355,17**. As despesas correntes apresentaram o valor de **R\$ 31.934.922,76**, ajustada em **R\$ 31.947.991,03**:

Total dos últimos 12 meses R\$	R\$ 31.934.922,76
--------------------------------	-------------------

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Restos a pagar não processados em 31/12/24	(+) R\$ 13.068,27
Restos a pagar não processados - Cancelamentos	(-) R\$ 0,00
Total dos últimos 12 meses ajustado	= R\$ 31.947.991,03

Na correlação entre receitas e despesas correntes, o relatório do sistema apresentou um percentual de **76,83%**, considerando as receitas e despesas intra-orçamentárias.

Considerando cálculo, para fins de parâmetro estabelecido pelo TCESP, onde utilizam-se como base apenas as receitas e despesas correntes - EXCETO INTRA, o percentual atingido, conforme relatório foi de **126,63%**.

Em que pese o relatório do sistema considerar as receitas e despesas correntes totais no cômputo do percentual, para fins de atendimento ao disposto no art 167-A da CF/1988, bem como seu § 1º, o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo emite os relatórios de alerta, a partir do que versa o artigo constitucional supra, pautado na relação entre despesas e receitas correntes **exceto intra-orçamentárias**, o que resulta, por óbvio, em variação dos percentuais resultantes dos cálculos (o resultado refletirá receitas efetivas e despesas reais).

Considerando o percentual expressivo de **126,63%**, devido a subtração das despesas e receitas correntes “intra”, registro para os devidos fins, que as receitas intra-orçamentárias da Autarquia representaram **39,87%** do total das receitas correntes; excluindo-as do cômputo, verifica-se a impossibilidade de cobertura das despesas.

DOS INVESTIMENTOS

CONCEITOS

RENDA FIXA: Categoria de investimento, cujo retorno pré-definido ou atrelado a um determinado índice no momento da aplicação. Risco mais baixo, com retorno previsível.

RENDA VARIÁVEL: Categoria de investimento, cujo retorno não se define no momento da aplicação, dependendo das condições do mercado. Possui maior potencial, consequentemente, apresenta maiores riscos.

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR: Categoria de investimento com aplicações de recursos em ativos de outros países. Apresenta-se como opção de diversificação da carteira, acessando mercados globais, com proteção cambial, cujo retorno vislumbra-se em setores e empresas em crescimento com melhor desempenho do que aqueles existentes no Brasil.

INF: Percentual mínimo de recursos que devem ser alocados em uma determinada classe de ativos. Limite mínimo estabelecido para evitar concentração excessiva em outras classes.

ALVO: Percentual ideal de alocação pela necessidade de atingimento da meta atuarial (rentabilidade necessária para pagamento dos benefícios futuros), buscando o equilíbrio entre risco e retorno.

SUP: Percentual máximo de alocação de recursos por categoria de investimento, ou seja, é um teto de risco que impede alocações excessivas em uma única categoria, evitando o descumprimento da política de investimentos e de compromissos de longo prazo.

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

GAP: Distância entre o retorno que se obteve com o investimento e o retorno esperado (*benchmark*), utilizado como referência na adoção de estratégias, mostrando o desempenho dos investimentos.

VaR: Medida de risco financeiro da carteira (desempenho), definindo limites e comparando riscos entre gestores/estratégias.

VISÃO CONSOLIDADA DOS INVESTIMENTOS: Conjunção de todos os ativos financeiros que permite uma análise global do patrimônio, através da centralização das informações referentes a todos os fundos de aplicação. Essa visão consolidada proporciona a verificação dos indicadores de desempenho, rentabilidade e riscos, a fim de otimizar a tomada de decisões estratégicas, sem prejuízo da apresentação individualizada, por categorias de investimento e seus respectivos fundos.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO - Janeiro de 2026

1. OBJETO

Analisar, sob a perspectiva do Controle Interno, a carteira de investimentos do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Garça – IAPEN, referente a **janeiro de 2026**, considerando a composição da carteira, os limites de aplicação, a Política de Investimentos vigente no período, a rentabilidade e as movimentações realizadas, observando as deliberações dispostas na ata de reunião do Comitê de Investimentos.

A referida análise foi subsidiada pelo Relatório Analítico dos Investimentos - janeiro de 2026, disponível na transparência do Instituto através do link https://iapengarca.sp.gov.br/wp-content/uploads/2026/02/Relatorio-Jan_26.pdf, considerando, ainda, o disposto na **Resolução CMN nº 4.963/2021**, vigente no período analisado.

2. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Em 30/01/2026, o patrimônio total considerado no relatório de investimentos era de **R\$ 236.305.376,90**, sendo **R\$ 236.305.226,90** o montante considerado para cálculo dos limites da Resolução, além de R\$ 150,00 em disponibilidades financeiras.

2.1 Distribuição da Carteira

Segmento	Valor	Participação
Renda Fixa	R\$ 190.610.600,56	80,66%
Renda Variável	R\$ 33.303.648,19	14,09%
Exterior	R\$ 11.606.978,81	4,91%
Estruturados	R\$ 334.090,37	0,14%
Fundos Imobiliários	R\$ 449.908,97	0,19%

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

3. ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO

3.1. Renda Fixa

A Renda Fixa representou **80,66% da carteira**.

No art. 7º da Resolução CMN nº 4.963/2021, encontram-se estabelecidos os limites para as aplicações nesse segmento. No relatório analisado, destacam-se:

- **Art. 7º, I, “b”**: 38,09%, diante de limite máximo de 100%;
- **Art. 7º, III, “a”**: 42,58%, diante de limite máximo de 60%;
- **Art. 7º, V, “a”**: 0,00%, diante de limite máximo de 5% (Investimento no fundo CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDS NÍVEL I, enquadrado neste artigo, sem alcance de percentual relevante em relação ao patrimônio, pelo valor irrisório de aplicação).

Não foram identificados, na conferência dos percentuais apresentados no relatório, valores superiores aos limites máximos indicados para essas modalidades.

Os percentuais de **42,58%** e 38,09% relativos aos art 7º, inciso III, alínea a e art 7º, inciso I, alínea b, respectivamente, encontram-se **acima da estratégia-alvo estabelecida na Política de Investimentos**, contudo, dentro da faixa estratégica apresentada.

3.2. Renda Variável, Estruturados e Fundos Imobiliários

A Renda Variável representou **14,09%** da carteira, enquanto os investimentos estruturados representaram **0,14%** e os fundos imobiliários **0,19%**, cujo relatório apresenta a consolidação desses segmentos em **14,43% da carteira**.

O art. 8º, inciso I da Resolução CMN nº 4.963/2021 estabelece limite máximo de 30%. A carteira apresentava 14,09%, em cumprimento ao dispositivo supracitado.

O segmento estruturado, enquadrado no art. 10, II, apresentava 0,14%, frente ao limite máximo de 5%, enquanto os fundos imobiliários, enquadrados no art. 11, representavam 0,19%, tendo como limite máximo de 5%.

Não foi identificado excesso em relação aos limites máximos estabelecidos para esses segmentos.

4. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR E BDR

O relatório apresenta **4,91%** classificados no segmento de exterior, sendo:

- art. 9º, II: **1,44%**;
- art. 9º, III: **3,47%**.

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O fundo **CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NÍVEL I**, no valor de R\$ 8.198.605,48, foi classificado no relatório no art. 9º, III.

Ponto de verificação complementar: Confirmar a classificação regulamentar do fundo CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I no período de janeiro/2026, especialmente quanto ao seu enquadramento no art. 9º, III, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Portanto, não se conclui nesta análise pela existência de irregularidade.

5. RENTABILIDADE DA CARTEIRA

No mês de janeiro de 2026, a carteira apresentou rentabilidade de **2,13%**, correspondente a retorno financeiro de **R\$ 4.932.640,88**.

A meta de rentabilidade indicada para o mês foi de **0,79%**.

A carteira superou a meta estabelecida para o período, atingindo 2,13% de rentabilidade positiva pela consolidação.

6. ANÁLISE DA RENDA FIXA APÓS MOVIMENTAÇÕES

A Renda Fixa apresentou rentabilidade de **1,17%** no mês.

Entre as movimentações relevantes, destacam-se:

- aplicação de **R\$ 19.962.646,29** no **CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS**, que encerrou o mês com saldo de R\$ 20.029.065,60;
- resgate de **R\$ 18.669.363,72** do **CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI**, que encerrou o mês com saldo de R\$ 15.755.438,24;
- aplicação de **R\$ 1.015.900,70** no **CAIXA BRASIL MATRIZ**.

Quanto à rentabilidade individual, o **CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI** apresentou 0,96%, abaixo do benchmark de 1,17% e **CAIXA BRASIL TÍTULOS Públicos**, que obteve retorno de 0,33%, também abaixo do benchmark de 1,21%.

As diferenças de rentabilidade, isoladamente, não caracterizam irregularidade, considerando que ambos resultaram em retorno positivo.

7. ANÁLISE DA RENDA VARIÁVEL APÓS MOVIMENTAÇÕES

A carteira de Renda Variável apresentou, de forma geral, desempenho positivo no período, com retorno de **6,76%**.

Entre os investimentos com desempenho inferior aos respectivos referenciais, destacam-se:

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

CAIXA **RIO** **BRAVO** **FII** **–** **CXRI11:**
rentabilidade de **-1,57%**, enquanto o IFIX apresentou **2,27%**; registro de resgate no valor de R\$ 3.000,00.

CAIXA **INSTITUCIONAL** **BDR** **NÍVEL** **I:**
rentabilidade de **-3,21%**, enquanto o Global BDRX apresentou **-3,05%**; o investimento encerrou o mês em R\$ 8.198.605,48, sem movimentações de aplicação ou resgate durante o período.

BRASIL **PORTOS** **E** **ATIVOS** **LOGÍSTICOS:**
apresentou retorno de **-0,01%**, frente ao benchmark IPCA + 9,50%, de 1,09%.

Foi registrado o resgate integral do fundo **WESTERN ASSET VALUATION**, no valor de R\$ 2.136.600,43. O respectivo fundo apresentou, no período em análise, retorno de 7,65%, abaixo do benchmark de 11,33%.

8. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS NO EXTERIOR APÓS MOVIMENTAÇÕES

O fundo **SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR** apresentou rentabilidade de -2,67%, acima do seu parâmetro de referência para o período (MSCI WORLD -2,86%).

Em janeiro de 2026, o mercado internacional de ações apresentou queda principalmente em relação às políticas comerciais e aos juros dos Estados Unidos. Houve, ainda, a influência da queda das grandes empresas de tecnologia, que possuem peso relevante no MSCI World, no resultado de desempenho do fundo que investe em ações globais.

9. CONCLUSÃO

Após análise dos resultados referentes a janeiro/2026, considerando o documento subsidiário consultado (conforme descrito no tópico “Objeto”), não foram identificados indícios de irregularidade nos investimentos do RPPS quanto aos limites apresentados no Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco.

Foram registrados, contudo, pontos de verificação complementar posterior quanto à classificação do investimento em BDR e ao desempenho de determinados investimentos frente aos seus benchmarks.

A conclusão decorre da análise técnica realizada pelo Controle Interno, considerando a Resolução vigente no período, não se limitando às manifestações constantes das atas do Comitê de Investimentos ou do Conselho de Administração, utilizadas como documentos de suporte e contextualização das operações analisadas.

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO – Fevereiro de 2026

1. Objeto

Analisar, sob a perspectiva do Controle Interno, a carteira de investimentos do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Garça – IAPEN, referente a **fevereiro de 2026**, considerando

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

a composição da carteira, os limites de aplicação, a Política de Investimentos vigente no período, a rentabilidade e as movimentações realizadas, observando as deliberações dispostas na ata de reunião do Comitê de Investimentos.

A referida análise foi subsidiada pelo Relatório Analítico dos Investimentos – fevereiro de 2026, disponível na transparência do Instituto através do link https://iapengarca.sp.gov.br/wp-content/uploads/2026/04/Relatorio-Fev_26.pdf

2. Fundamentação

Para fevereiro de 2026, aplica-se a Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, que entrou em vigor em 02/02/2026 e revogou a Resolução CMN nº 4.963/2021.

3. Composição da carteira

Em 27/02/2026, o patrimônio utilizado para cálculo dos limites da Resolução era de **R\$ 239.419.355,99**, além de R\$ 150,00 de disponibilidade financeira.

A carteira estava distribuída da seguinte forma:

Segmento	Valor	Participação
Renda Fixa	R\$ 192.918.902,84	80,58%
Renda Variável	R\$ 42.375.219,18	17,70%
Exterior	R\$ 3.347.678,79	1,40%
Estruturados	R\$ 334.048,13	0,14%
FII	R\$ 443.507,05	0,19%

4. Enquadramento perante a Resolução CMN nº 5.272/2025

4.1 Renda Fixa

A renda fixa representava **80,58% da carteira**.

Os principais enquadramentos foram:

- **Art. 7º, I:** 38,61%;
- **Art. 7º, V:** 41,96%;
- **Art. 7º, IX:** aproximadamente 0%.

O relatório indica que os percentuais estão dentro dos limites máximos apresentados para cada modalidade.

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Destaca-se que o enquadramento percentual não se confunde com a possibilidade de realização de novas aplicações.

Conforme registrado anteriormente pelo Comitê, o IAPEN não possui certificação institucional, circunstância que restringe novas aplicações em determinadas modalidades. Assim, resta o acompanhamento da elegibilidade do ativo para novas aplicações, nos termos da Resolução nº 5272/2025, em observância ao nível de certificação que será obtida.

4.2 Renda Variável, Estruturados e FII

O total consolidado foi de **18,02%**, enquanto a Política de Investimentos estabelece limite superior de **20%** para esse conjunto. Portanto, a carteira permaneceu dentro do limite estabelecido, superando o percentual alvo da estratégia de alocação.

Individualmente:

- Art. 8º, I – Ações: **14,45%**, limite da Política de 15%;
- Art. 8º, III – BDR: **3,25%**, limite de 4,50%;
- Art. 10, III – FIP: **0,14%**, limite de 0,25%;
- Art. 11 – FII: **0,19%**, limite de 0,25%.

Somente os fundos referentes ao art 8º, inciso I superaram o alvo estabelecido, contudo não foi identificado excesso percentual em relação aos limites superiores da Política.

4.3 Investimento no Exterior

O investimento no exterior correspondia a **1,40% da carteira**, dentro do limite superior de **2,50%** estabelecido na Política.

5. Reclassificação do BDR

Um ponto que merece destaque no período em análise é o fundo **CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NÍVEL I**, conforme registrado no relatório do Controle Interno referente a janeiro/2026, que constou como verificação complementar.

Em janeiro, o investimento aparecia classificado no relatório segundo a estrutura anterior. Em fevereiro, com a entrada em vigor da Resolução nº 5.272/2025, passou a ser apresentado no **art. 8º, III**, com participação de **3,25%**.

A reclassificação demonstra coerência com a nova estrutura da Resolução.

6. Movimentações realizadas no mês

Em fevereiro, foram registradas aplicações de **R\$ 2.781.635,02** e resgates de **R\$ 2.480.972,70**, considerando o conjunto da carteira.

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

As principais movimentações foram:

Caixa

O **CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS** recebeu aplicação de **R\$ 2.361.365,96**, com resgate de R\$ 498.014,92, encerrando fevereiro com R\$ 22.097.017,56.

BB

O **BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS** recebeu aplicação de **R\$ 420.269,06**, encerrando o mês com R\$ 5.188.533,12.

Essas duas movimentações estão expressamente justificadas na **Ata de 26/02/2026**.

Foram destinados ao fundo CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS R\$ 418.967,44 provenientes dos cupons de juros dos fundos de vértice. A ata registra, ainda, que a aplicação foi considerada adequada aos requisitos da nova Resolução e destinada à redução de risco da carteira.

Da mesma forma, foi registrada a liberação de **R\$ 420.269,06** dos fundos BB Vértice 2026 e BB Vértice 2028, com direcionamento para o **BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS**.

Portanto, há correspondência entre as decisões registradas na ata e as movimentações efetivamente demonstradas no relatório de investimentos.

7. Desenquadramentos decorrentes da nova Resolução

A Ata de 26/02 registra que não havia desenquadramento no encerramento de janeiro/2026, sendo esperados apenas desenquadramentos passivos a partir da entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025.

A **Resolução nº 5.272/2025, art. 27**, prevê tratamento específico para situações de desenquadramento passivo decorrentes, entre outras hipóteses, de alterações normativas. Nesses casos, a manutenção da posição será acompanhada considerando a adoção das providências necessárias à regularização, observados os prazos e restrições estabelecidos no próprio dispositivo.

Assim, o fato não é considerado irregular por não atender determinada regra em razão da mudança normativa, haja vista o desenquadramento passivo estar legalmente previsto, além do que não foram realizadas novas aplicações agravantes, contrárias a nova Resolução.

No mês em análise, as movimentações identificadas nos fundos de vértice demonstram adoção de medidas de adequação da carteira.

8. Rentabilidade

O resultado de fevereiro foi positivo:

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

- **Rentabilidade do mês:** 1,19%;
- **Meta do mês:** 1,10%;
- **Rentabilidade acumulada em 2026:** 3,35%;
- **Meta acumulada:** 1,90%;
- **Resultado financeiro de fevereiro:** R\$ 2.813.466,77;
- **Resultado financeiro acumulado:** R\$ 7.746.107,65.

Portanto, em fevereiro, a carteira apresentou resultado **0,09 ponto percentual acima da meta mensal**.

No acumulado de janeiro e fevereiro, a rentabilidade de **3,35% supera a meta acumulada de 1,90% em 1,45 ponto percentual**.

9. Desempenho dos investimentos

Renda Fixa

A renda fixa apresentou rentabilidade de **1,05% no mês**.

A maior parte dos fundos apresentou desempenho próximo ou superior aos respectivos benchmarks.

Entretanto, alguns fundos apresentaram rentabilidade negativa, destacando-se:

- CAIXA BRASIL 2030 I: **-2,16%**, frente ao benchmark IPCA + 6% de 1,12%;
- CAIXA BRASIL 2030 III: **-1,78%**;
- CAIXA BRASIL 2026 X: **-1,76%**;
- CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026: **-1,75%**.

Esses fundos são títulos de vencimento definido e apresentam maior sensibilidade às oscilações das taxas de juros e dos preços dos títulos públicos. Portanto, a rentabilidade negativa isolada não caracteriza irregularidade, devendo ser acompanhada em conjunto com prazo, estratégia e necessidade de manutenção dos recursos.

Renda Variável

A carteira de renda variável apresentou resultado positivo de **2,06%** em fevereiro.

Destacaram-se positivamente fundos de ações, como:

- Caixa Construção Civil: **8,21%**;
- BB Ibovespa Ativo: **5,18%**;
- Santander Dividendos: **4,79%**;
- Caixa Expert Vinci Valor: **4,55%**.

BDR

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O **CAIXA INSTITUCIONAL BDR Nível I** apresentou rentabilidade de **-5,18%**, enquanto o Global BDRX registrou **-5,06%**, diferença de apenas -0,12 ponto percentual.

Assim, apesar do resultado negativo, o desempenho ficou muito próximo do benchmark, não indicando, isoladamente, desempenho anormal do fundo.

Fundos Imobiliários

O **BRCR11** apresentou -2,57%, contra IFIX de +1,32%, enquanto o **CXRI11** apresentou -1,06%, também abaixo do IFIX.

Esses resultados justificam acompanhamento, especialmente porque os dois fundos apresentaram desempenho inferior ao índice de referência no mês.

Investimento no Exterior

O Santander Global Equities apresentou **-1,78%** em fevereiro. O resultado negativo está relacionado à exposição aos mercados externos. Tendo em vista que o desempenho do fundo foi inferior ao seu benchmark, em que pese o resultado negativo estar alinhado ao comportamento desfavorável do mercado internacional, a queda do foi superior à observada em seu parâmetro de referência, fazendo jus à ressalva.

10. CONCLUSÃO

Considerando os documentos analisados e os limites percentuais apresentados, não foram identificadas, para fevereiro de 2026, irregularidades de enquadramento percentual da carteira em relação à Política de Investimentos. Ressalvam-se os pontos de acompanhamento relacionados à transição para a Resolução CMN nº 5.272/2025, recomendando, ainda, o monitoramento dos fundos com desempenho inferior aos seus benchmarks, especialmente os fundos de vértice e os fundos imobiliários que apresentaram resultados negativos no mês.

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO – Março de 2026

1. Objeto

Analisar, sob a perspectiva do Controle Interno, a carteira de investimentos do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Garça – IAPEN, referente a **março de 2026**, considerando a composição da carteira, os limites de aplicação, a Política de Investimentos vigente no período, a rentabilidade e as movimentações realizadas, observando as deliberações dispostas na ata de reunião do Comitê de Investimentos.

A referida análise foi subsidiada pelo Relatório Analítico dos Investimentos – março de 2026, disponível na transparência do Instituto através do link https://iapengarca.sp.gov.br/wp-content/uploads/2026/04/Relatorio-Mar_26.pdf

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

2. Fundamentação

Para março de 2026, aplica-se a Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, que entrou em vigor em 02/02/2026 e revogou a Resolução CMN nº 4.963/2021.

3. Composição da carteira

Em 31/03/2026, o patrimônio utilizado para cálculo dos limites era de **R\$ 240.741.286,93** e R\$ 150,00 de disponibilidade financeira.

A carteira apresentou a seguinte composição:

Segmento	Valor	Participação
Renda Fixa	R\$ 195.646.579,50	81,27%
Renda Variável	R\$ 41.181.641,23	17,10%
Exterior	R\$ 3.137.661,10	1,30%
Estruturados	R\$ 333.997,46	0,14%
FII	R\$ 441.407,64	0,18%

4. Enquadramento perante a Resolução CMN nº 5.272/2025

4.1 Renda Fixa

A renda fixa representou **81,27% da carteira**.

Os principais enquadramentos foram:

- **Art. 7º, I:** 39,52%;
- **Art. 7º, V:** 41,75%; pouco acima do percentual alvo
- **Art. 7º, IX:** aproximadamente 0%.

O relatório de adequação indica a situação como **“Ok Enquadrado”**, inclusive em relação aos limites da Política de Investimentos.

Não foi identificado excesso percentual em relação aos limites superiores.

4.2 Renda Variável, Estruturados e FII

O conjunto representou **17,43%**, diante do limite superior de **20%** da Política.

A distribuição foi:

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

- **Art. 8º, I – Ações:** 14,00%, limite de 15%;
- **Art. 8º, III – BDR:** 3,11%, limite de 4,50%;
- **Art. 10º, III – FIP:** 0,14%, limite de 0,25%;
- **Art. 11 – FII:** 0,18%, limite de 0,25%.

Portanto, quanto aos percentuais, a carteira permaneceu enquadrada.

4.3 Investimento no exterior

O investimento no exterior correspondeu a **1,30% da carteira**, enquanto a Política estabelece limite superior de 2,50%.

Também não foi identificado excesso percentual.

5. Alterações da carteira em relação a fevereiro

O patrimônio passou de **R\$ 239.419.355,99 em fevereiro para R\$ 240.741.286,93 em março**, crescimento de aproximadamente **R\$ 1,32 milhão**.

Durante o mês foram realizadas:

- **Aplicações:** R\$ 1.962.752,86;
- **Resgates:** R\$ 1.648.317,55;
- **Retorno dos investimentos:** R\$ 1.007.495,63.

Principal aplicação

O **CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS** recebeu **R\$ 1.962.752,86**.

Essa movimentação é coerente com a informação constante da ata de março, mantendo-se a aplicação dos recursos mensais nesse fundo.

Principais resgates

Foram registrados, entre outros:

- CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI: **R\$ 952.496,91**;
- CAIXA BRASIL MATRIZ: **R\$ 181.868,66**;
- CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS: **R\$ 509.904,49**.

A ata esclarece que os resgates destinados ao pagamento das despesas mensais do Fundo Previdenciário continuam sendo realizados nos fundos **CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI** ou **CAIXA BRASIL MATRIZ**, enquanto os recursos mensais permanecem direcionados ao **CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS**, conforme supracitado, contribuindo para o reenquadramento gradual da carteira.

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Há correspondência entre as movimentações apresentadas no relatório e a justificativa registrada em ata.

6. Situação dos investimentos sujeitos à transição da nova Resolução

Permanecia em pauta a discussão sobre o nível de adesão/certificação no **Pró-Gestão**. Segundo a ata, a obtenção da certificação em determinado nível permitiria o enquadramento de parcela significativa da carteira.

A própria ata registra que, naquele momento, permaneciam pendências relacionadas principalmente a:

- aplicações do **art. 10, II**;
- aplicação do **art. 7º, IX**;
- e, caso não fosse obtido determinado nível de certificação, também haveria impacto sobre os investimentos dos **arts. 8º, III e 11**.

Ao final, a ata registra que uma certificação em nível II permitiria a adequação de aproximadamente **96,5% da carteira**, restando cerca de 3,5% a realocar para atendimento integral dos limites da nova Resolução.

A questão da certificação e das condições de elegibilidade deve ser analisada conjuntamente com a **Resolução nº 5.272/2025** e com o regime de transição previsto no art. 27.

Portanto, não se observa irregularidade, permanecendo os desenquadramentos passivos previstos, dentro do prazo de adequação, restando, por ora, seu acompanhamento.

7. Rentabilidade

Em março, a carteira apresentou:

- **Rentabilidade mensal:** 0,42%;
- **Meta mensal:** 1,37%;
- **Rentabilidade acumulada no ano:** 3,78%;
- **Meta acumulada:** 3,29%;
- **Resultado financeiro de março:** R\$ 1.007.495,63;
- **Resultado financeiro acumulado:** R\$ 8.753.603,28.

Em março o resultado apresentado foi inferior à meta mensal em 0,95 ponto percentual.

Por outro lado, no acumulado de janeiro a março, a carteira apresentou **3,78%** de retorno, superando a meta acumulada de **3,29%**.

Em que pese o não atingimento da meta para o mês em referência, o resultado acumulado ficou acima do estabelecido, devido ao não comprometimento global da meta; registre-se a ressalva para o mês em análise para fins de acompanhamento.

8. Desempenho dos investimentos

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

8.1 Renda Fixa

A renda fixa apresentou resultado de **1,25% em março**.

Houve desempenho positivo nos fundos de vértice, com destaque para:

- BB Vértice 2026: **2,06%**;
- Caixa Especial 2026: **2,05%**;
- Caixa 2026 X: **2,05%**;
- Caixa Especial 2027: **1,74%**;
- BB Vértice 2027 II: **1,74%**.

Um ponto negativo foi o **BB IRF-M**, que apresentou **-0,63%**, enquanto o benchmark IRF-M registrou **-0,59%**.

Contudo, o resultado negativo desse fundo não indica, isoladamente, desempenho anormal, considerando a proximidade com seu benchmark.

9. Renda Variável

Em março, o conjunto de Renda Variável apresentou resultado de **-2,76%**.

O desempenho negativo está relacionado ao comportamento do mercado acionário no mês, com inflação elevada e crescimento econômico mais fraco. O **Ibovespa apresentou -0,70%**, enquanto diversos fundos da carteira tiveram quedas superiores. O Comunicado do Copom datado de 18/03/2026 informou o que segue:

“O ambiente externo tornou-se mais incerto, em função do acirramento de conflitos geopolíticos no Oriente Médio, com reflexos nas condições financeiras globais. Tal cenário exige cautela por parte de países emergentes em ambiente marcado por elevação da volatilidade de preços de ativos e commodities.

Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores segue apresentando, conforme esperado, trajetória de moderação no crescimento da atividade econômica, enquanto o mercado de trabalho ainda mostra sinais de resiliência. Nas divulgações mais recentes, a inflação cheia e as medidas subjacentes seguiram apresentando algum arrefecimento, mas mantiveram-se acima da meta para a inflação.”

Destacam-se:

- Caixa Construção Civil: **-9,24%**;
- BB Seleção Fatorial: **-5,27%**;
- BB Bolsa Americana: **-4,21%**;
- BDR: **-3,71%**;
- Itaú FOF RPI Ibovespa: **-2,09%**.

10. Investimento no exterior

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O **Santander Global Equities** apresentou rentabilidade de **-6,27%**, enquanto o **MSCI World** registrou **-5,28%**.

A diferença foi de **-0,99 ponto percentual**.

A própria ata registra que o cenário externo foi afetado pela intensificação das tensões geopolíticas e pelos efeitos sobre petróleo, inflação e juros.

Assim, o resultado negativo possui relação com o cenário internacional observado no período. Entretanto, como o fundo apresentou desempenho inferior ao benchmark, recomenda-se manter seu acompanhamento.

11. CONCLUSÃO

Não foram identificados, na análise de março/2026, excessos percentuais da carteira em relação aos limites superiores da Política de Investimentos. As movimentações analisadas encontram respaldo documental e o processo de adequação à nova Resolução permanece em acompanhamento.

Ressalva-se, contudo, a necessidade de acompanhamento da situação de certificação e das condições específicas de elegibilidade de determinados investimentos, além do desempenho dos ativos de Renda Variável e Exterior.

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO – Abril de 2026

1. Objeto

Analisar, sob a perspectiva do Controle Interno, a carteira de investimentos do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Garça – IAPEN, referente a **abril de 2026**, considerando a composição da carteira, os limites de aplicação, a Política de Investimentos vigente no período, a rentabilidade e as movimentações realizadas, observando as deliberações dispostas na ata de reunião do Comitê de Investimentos.

A referida análise foi subsidiada pelo Relatório Analítico dos Investimentos – abril de 2026, disponível na transparência do Instituto através do link https://iapengarca.sp.gov.br/wp-content/uploads/2026/05/Relatorio-Abr_26.pdf

2. Fundamentação

Para abril de 2026, aplica-se a Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, que entrou em vigor em 02/02/2026 e revogou a Resolução CMN nº 4.963/2021.

3. Composição da carteira

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Em 30/04/2026, o patrimônio utilizado para cálculo dos limites da Resolução era de **R\$ 242.798.357,26**, além de **R\$ 2.097.925,00 em disponibilidades financeiras**, totalizando PL de **R\$ 244.896.282,26**.

A carteira apresentou a seguinte composição:

Segmento	Valor	Participação
Renda Fixa	R\$ 197.054.110,35	81,16%
Renda Variável	R\$ 41.690.379,03	17,17%
Exterior	R\$ 3.287.811,81	1,35%
Estruturados	R\$ 333.960,15	0,14%
FII	R\$ 432.095,92	0,18%

4. Enquadramento perante a Resolução CMN nº 5.272/2025

4.1 Renda Fixa

A renda fixa representou **81,16% da carteira**.

Os principais enquadramentos foram:

- **Art. 7º, I:** 40,13%;
- **Art. 7º, V:** 41,02%;
- **Art. 7º, IX:** aproximadamente 0%.

O relatório demonstra que os percentuais permanecem dentro dos limites superiores previstos na Política de Investimentos.

Assim, não foi identificado excesso nesse segmento.

4.2 Renda Variável, Estruturados e FII

O conjunto representou **17,49%**, frente ao limite superior de **20%** da Política.

A composição foi:

- **Art. 8º, I – Ações:** 13,84%;
- **Art. 8º, III – BDR:** 3,33%;
- **Art. 10, III – FIP:** 0,14%;
- **Art. 11 – FII:** 0,18%.

Todos os percentuais estão abaixo dos respectivos limites superiores da Política.

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Portanto, quanto à alocação percentual, não foi identificado excesso.

4.3 Investimentos no exterior

O investimento no exterior correspondia a **1,35%**, dentro do limite superior de **2,50%** estabelecido na Política.

Não foi identificado excesso percentual.

5. Alterações da carteira em relação a março

Em março, o patrimônio para cálculo dos limites era de R\$ 240.741.286,93. Em abril passou para **R\$ 242.798.357,26**, representando aumento de aproximadamente **R\$ 2,06 milhões**.

Durante abril foram realizadas:

- **Aplicações:** R\$ 1.667.587,64;
- **Resgates:** R\$ 2.500.969,15;
- **Resultado dos investimentos:** R\$ 2.890.451,84.

Única aplicação

O **CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS** recebeu **R\$ 1.667.587,64**.

Resgates

- **CAIXA BRASIL MATRIZ:** R\$ 1.983.060,72;
- **CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS:** R\$ 513.860,94;
- resgate de **R\$ 3.150,00 do CXRI11**;
- resgate de **R\$ 897,49 do BRCR11**.

A ata de 22/04 confirma que a estratégia de abril continuou sendo a **aplicação dos recursos mensais no CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS**, enquanto os recursos necessários para o pagamento das despesas mensais do Fundo Previdenciário continuaram sendo retirados do **CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI** ou do **CAIXA BRASIL MATRIZ**. A ata informa que essa estratégia tinha como objetivo contribuir para o reenquadramento gradual da carteira.

Portanto, existe correspondência entre a movimentação apresentada no relatório e a justificativa registrada pelo Comitê.

6. Desenquadramentos passivos

Evolução em relação aos meses anteriores.

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A Ata de 22/04 **identifica nominalmente os investimentos que apresentavam situações de desenquadramento**, classificando-as como passivas em decorrência da entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025.

6.1 Art. 2º, § 2º, inciso I

A ata registra que os fundos **Brasil Portos e Ativos Logísticos RESP Limitada FIP e Premium FIDC Sênior 1** estavam em desacordo com o **art. 2º, § 2º, inciso I**, em razão da exigência relacionada à classificação do administrador ou gestor como S1 ou S2, reconhecendo os desenquadramentos passivos.

6.2 Art. 19, inciso III, § 2º

A ata também identificou situações relacionadas ao limite de participação total do RPPS no patrimônio líquido das classes de fundos. Foram mencionados:

- BB Perfil;
- Caixa Brasil Matriz;
- Caixa Brasil Referenciado DI;
- BB Seleção Fatorial;
- BB Valor;
- Caixa Expert Vinci Valor;
- Icatu Vanguarda Dividendos;
- MOS Institucional;
- Caixa Institucional BDR Nível I.

A Resolução nº 5.272/2025 estabelece no art. 19 os limites de concentração em relação ao patrimônio líquido da classe do fundo. Observa-se:

- BB Perfil: **52,10%**;
- BB Seleção Fatorial: **59,30%**;
- BB Valor: **68,50%**.

Os desenquadramentos são tratados como **passivos**, nos termos do art. 27, § 1º, com prazo de até **dois anos** para saneamento.

Os percentuais globais da carteira permanecem dentro dos limites superiores da Política de Investimentos, com identificação de situações específicas de desenquadramento passivo decorrentes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025, as quais se encontram sujeitas ao tratamento previsto no art. 27 da norma.

7. Certificação institucional

A ata registrou a possibilidade de enquadramento no **nível II**, por ser mais compatível com a atual estrutura administrativa do IAPEN. A certificação em nível II permitiria a adequação de aproximadamente **96,5% da carteira**, restando cerca de 3,5% a realocar.

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A ata também informa que, com o nível II, permaneceriam pendências relacionadas aos investimentos dos arts. 10, II e 7º, IX, além dos ativos dos arts. 8º, III e 11, caso não fosse alcançado nível superior.

8. Rentabilidade

Abril apresentou resultado bastante positivo:

- **Rentabilidade mensal:** 1,20%;
- **Meta mensal:** 1,11%;
- **Rentabilidade acumulada:** 5,03%;
- **Meta acumulada:** 4,43%;
- **Resultado financeiro de abril:** R\$ 2.890.451,84;
- **Resultado financeiro acumulado:** R\$ 11.644.055,12.

Em que pese o resultado abaixo da meta no mês de março, o desempenho de abril permitiu ampliar novamente a vantagem sobre a meta atuarial.

9. Desempenho dos investimentos

9.1 Renda Fixa

A renda fixa apresentou resultado de **1,14% em abril**.

Os fundos de vértice tiveram desempenho positivo, com destaque para:

- Caixa Brasil Especial 2026: **1,45%**;
- BB Vértice 2026: **1,45%**;
- Caixa Brasil 2026 X: **1,45%**;
- Caixa Brasil 2030 I: **1,33%**;
- BB IRF-M: **1,24%**.

A maioria apresentou desempenho próximo ou superior aos respectivos benchmarks, excetuando-se o fundo **CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS**, com retorno de 1,28% face ao IMA-B de 1,81% para o período em análise.

O **Premium FIDC Sênior 1** apresentou **-0,48%** no mês, mas sua participação financeira é considerada irrisória de R\$ 503,87.

9.2. Renda Variável

A renda variável apresentou resultado positivo de **1,20%** no mês.

Houve forte recuperação de alguns investimentos:

- **BB Bolsa Americana:** 11,01%;

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

- **BDR:** 7,91%;
- **Icatu Vanguarda Dividendos:** 1,05%;
- **Caixa Expert Vinci Valor:** 0,40%.

Por outro lado, permaneceram resultados negativos em alguns fundos:

- Caixa Construção Civil: **-7,86%**;
- BB Seleção Fatorial: **-2,67%**;
- BB Ibovespa Ativo: **-1,64%**;
- BB Valor: **-1,29%**;
- Santander Dividendos: **-0,99%**.

Caixa Construção Civil

O fundo apresentou novamente desempenho negativo relevante, de **-7,86%**, depois da queda de março. O relatório demonstra volatilidade mensal de **18,72%**, indicando maior oscilação do investimento.

Por isso, considerando que o fundo apresentou resultado negativo expressivo por dois meses consecutivos, recomenda-se acompanhamento específico de seu desempenho e aderência à estratégia de investimento. Contudo, apenas por esse resultado, não se conclui pela existência de irregularidade.

9.3. BDR

O **CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I** apresentou rentabilidade de **7,91%**, enquanto o Global BDRX registrou **7,77%**. O fundo apresentou desempenho ligeiramente superior ao benchmark no mês.

A ata registra que o BDR permanecia entre os investimentos sujeitos ao tratamento de desenquadramento passivo relacionado à concentração prevista no art. 19.

9.4. Investimento no exterior

O **Santander Global Equities** apresentou rentabilidade de **4,79%**, enquanto o MSCI World registrou **4,61%**.

Portanto, o fundo apresentou desempenho positivo e superior ao seu benchmark em abril.

10. Resultado acumulado até abril

A evolução acumulada ficou:

Mês	Rentabilidade Meta	
Janeiro	2,13%	0,79%
Fevereiro	1,19%	1,10%

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Mês	Rentabilidade Meta	
Março	0,42%	1,37%
Abril	1,20%	1,11%
Acumulado	5,03%	4,43%

Assim, até abril, a carteira acumulava **5,03%**, superando a meta acumulada em **0,60 ponto percentual**.

11. CONCLUSÃO

Em abril de 2026, não foram identificados excessos nos percentuais globais de alocação em relação aos limites superiores da Política de Investimentos. Contudo, foram formalmente identificadas situações específicas de desenquadramento passivo decorrentes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025, situação que deve continuar sendo acompanhada até sua efetiva adequação.

Digno de nota, ainda, o comportamento de desempenho dos fundos de ações de Renda Variável, cujo índice oscilou de forma relevante durante o mês de abril – registrando alta e posterior sequência de quedas. Mesmo com resultado positivo consolidado dos ativos, os respectivos fundos apresentaram retorno negativo bem abaixo do Ibovespa para o período, fazendo jus ao acompanhamento.

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO – Maio/2026

1. Objetivo

Analisar, sob a perspectiva do Controle Interno, a carteira de investimentos do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Garça – IAPEN, referente a **maio de 2026**, considerando a composição da carteira, os limites de aplicação, a Política de Investimentos vigente no período, a rentabilidade e as movimentações realizadas, observando as deliberações dispostas na ata de reunião do Comitê de Investimentos.

A referida análise foi subsidiada pelo Relatório Analítico dos Investimentos – maio de 2026, disponível na transparência do Instituto através do link https://iapengarca.sp.gov.br/wp-content/uploads/2026/06/Relatorio-Mai_26.pdf

2. Fundamentação

Para maio de 2026, aplica-se a Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, que entrou em vigor em 02/02/2026 e revogou a Resolução CMN nº 4.963/2021.

3. Composição da carteira

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Em maio de 2026, a carteira estava distribuída da seguinte forma:

Segmento	Valor	Participação
Renda Fixa	R\$ 200.675.630,39	81,74%
Renda Variável	R\$ 40.560.164,16	16,52%
Exterior	R\$ 3.499.008,60	1,43%
Estruturados	R\$ 362.980,65	0,15%
Fundo Imobiliário	R\$ 421.560,98	0,17%

4. Enquadramento perante a Resolução CMN nº 5.272/2025

A análise dos limites percentuais demonstrou:

Enquadramento	Carteira	Limite superior	Situação
Art. 7º, I	40,79%	100%	Enquadrado
Art. 7º, V	40,94%	47,49%	Enquadrado
Art. 7º, IX	0,00%	0,01%	Enquadrado
Art. 8º, I	12,94%	15%	Enquadrado
Art. 8º, III	3,58%	4,50%	Enquadrado
Art. 9º, III	1,43%	2,50%	Enquadrado
Art. 10º, III	0,15%	0,25%	Enquadrado
Art. 11	0,17%	0,25%	Enquadrado

Assim sendo, **quanto aos limites percentuais de alocação, a carteira encontrava-se enquadrada em maio de 2026.**

5. Desenquadramentos passivos

Foram identificadas posições em que a participação do IAPEN no patrimônio líquido dos respectivos fundos ultrapassa o limite previsto no art. 19, III, §2º, da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Destacam-se:

- **BB Perfil:** 51,50%;
- **Caixa Brasil Matriz:** 57,40%;
- **Caixa Brasil Referenciado DI:** 68,20%;
- **BB Seleção Fatorial:** 59,40%;
- **BB Valor:** 68,40%;
- **Caixa Expert Vinci Valor:** 99,30%;

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

- **Icatu Vanguarda Dividendos:** 72,30%;
- **MOS Institucional:** 68,40%;
- **Caixa Institucional BDR Nível I:** 87,90%.

Essas situações já haviam sido identificadas no mês anterior e permanecem em acompanhamento.

Importante destacar que a **Resolução CMN nº 5.272/2025** admite o tratamento como desenquadramento passivo, inclusive em decorrência da entrada em vigor da nova regulamentação. Nesses casos, o art. 27, §1º, estabelece prazo de até dois anos para eliminação dos excessos, enquanto o §2º impede novas aplicações que agravem o desenquadramento.

Portanto, não há irregularidade decorrente de desenquadramento ativo, devendo, contudo, manter o acompanhamento individual das posições.

6. Movimentações realizadas no mês

Durante maio, foram registradas:

- **Aplicações:** R\$ 2.509.274,25;
- **Resgates:** R\$ 1.050.012,53.

Na **Renda Fixa**, as aplicações totalizaram R\$ 2.509.274,25 e os resgates R\$ 1.045.965,04.

A principal movimentação foi a aplicação de **R\$ 2.193.728,23 no Caixa Brasil Títulos Públicos**, acompanhada de resgate de R\$ 303.736,59.

Também houve aplicação de **R\$ 315.546,02 no BB IRF-M Títulos Públicos**, enquanto foram registrados resgates de fundos com vencimentos próximos, como:

- Caixa Brasil Especial 2027: R\$ 159.930,45;
- BB Títulos Públicos Vértice 2027 II: R\$ 315.546,02;
- Caixa Brasil 2027 X: R\$ 85.745,84;
- Caixa Brasil Matriz: R\$ 181.006,14.

Na renda variável e imobiliária, ocorreram apenas resgates de:

- **CXRI11:** R\$ 3.150,00;
- **BRCR11:** R\$ 897,49.

Não foram registradas novas aplicações em renda variável ou no exterior durante o mês.

A Ata da reunião conjunta de 20/05/2026 registra que os recursos provenientes de cupons de juros de fundos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram direcionados para o **Caixa Brasil Títulos Públicos**, em razão da estratégia adotada para a carteira diante da nova regulamentação e do desempenho dos ativos.

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

7. Rentabilidade da carteira

Em maio de 2026, a carteira apresentou:

- **Rentabilidade mensal:** 0,52%;
- **Meta mensal:** 1,02%;
- **Diferença:** -0,50 ponto percentual;
- **Rentabilidade acumulada em 2026:** 5,57%;
- **Meta acumulada:** 5,50%;
- **Resultado acumulado acima da meta:** 0,07 ponto percentual.

O resultado financeiro obtido no mês foi de **R\$ 1.261.725,80**, elevando o retorno acumulado no exercício para **R\$ 12.905.780,92**.

Dessa forma, embora a rentabilidade de maio tenha ficado abaixo da meta mensal, o resultado acumulado até o período em análise permaneceu superior à meta estabelecida para o período.

8. Desempenho por segmento

Renda Fixa

A Renda Fixa apresentou rentabilidade de **1,09%** em maio, contribuindo positivamente para o resultado da carteira. O segmento apresentou retorno financeiro positivo de aproximadamente **R\$ 2,16 milhões**.

Entre os principais fundos, destacam-se:

- BB Títulos Públicos Vértice 2027 II: **1,34%**;
- Caixa Brasil Especial 2027: **1,32%**
- BB Títulos Públicos Vértice 2027: **1,32%**
- Caixa Brasil 2027 X: **1,31%**
- Caixa Brasil Referenciado DI: **1,11%**;
- Caixa Brasil Matriz: **1,11%**;

Renda Variável / Estruturados / Imobiliário

O conjunto apresentou resultado negativo no mês, com retorno de **-2,61%**, equivalente a **R\$ 1.107.681,82**.

Os principais resultados negativos foram:

- Caixa Expert Vinci Valor: **-8,37%**;
- Icatu Vanguarda Dividendos: **-7,63%**;
- Santander Dividendos: **-7,33%**;
- BB Valor: **-6,98%**;
- Itaú FOF RPI Ibovespa: **-6,92%**;
- BB Ibovespa Ativo: **-6,58%**.

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Por outro lado, apresentaram desempenho positivo os seguintes fundos:

- Caixa Institucional BDR: **8,92%**;
- Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP: **8,69%**;
- BB Bolsa Americana: **5,24%**.

Verificou-se que o mercado acionário brasileiro sofreu forte correção, enquanto os principais mercados acionários internacionais apresentaram valorização. A queda do Ibovespa foi acompanhada pela maioria dos fundos de ações brasileiras da carteira, enquanto os fundos com exposição relevante ao mercado acionário internacional apresentaram desempenho positivo.

Exterior

O investimento no exterior apresentou rentabilidade de **6,42%**, superior ao benchmark **MSCI World**, que apresentou 5,80% no mês.

9. CONCLUSÃO

Diante da análise realizada, verifica-se que, em maio de 2026, a carteira de investimentos do IAPEN encontrava-se enquadrada quanto aos limites percentuais de alocação previstos na Resolução CMN nº 5.272/2025 e na Política de Investimentos.

Não foram identificados, na análise realizada, elementos que indiquem desenquadramento ativo quanto aos limites globais da carteira, permanecendo como principal ponto de atenção o acompanhamento dos desenquadramentos passivos e das medidas de reenquadramento das posições individuais.

Quanto à rentabilidade, o resultado de maio foi de **0,52%**, inferior à meta mensal de **1,02%** - com destaque negativo para o desempenho da renda variável. Apesar disso, o resultado acumulado até maio alcançou **5,57%**, superando a meta acumulada de **5,50%**.

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO – Junho/2026

1. Objetivo

Analisar, sob a perspectiva do Controle Interno, a carteira de investimentos do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Garça – IAPEN, referente a **junho de 2026**, considerando a composição da carteira, os limites de aplicação, a Política de Investimentos vigente no período, a rentabilidade e as movimentações realizadas, observando as deliberações dispostas na ata de reunião do Comitê de Investimentos.

A referida análise foi subsidiada pelo Relatório Analítico dos Investimentos – junho de 2026, disponível na transparência do Instituto através do link https://iapengarca.sp.gov.br/wp-content/uploads/2026/08/Relatorio-Jun_26.pdf

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

2. Fundamentação

Para junho de 2026, aplica-se a Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, que entrou em vigor em 02/02/2026 e revogou a Resolução CMN nº 4.963/2021.

3. Composição da carteira

Ao final de junho, a carteira apresentava a seguinte distribuição:

Segmento	Valor	Participação
Renda Fixa	R\$ 202.662.733,66	81,87%
Renda Variável	R\$ 40.532.111,40	16,38%
Exterior	R\$ 3.575.556,97	1,44%
Estruturados	R\$ 336.449,95	0,14%
Fundo Imobiliário	R\$ 421.350,44	0,17%

Em comparação com maio, houve aumento da participação da Renda Fixa, de **81,74% para 81,87%**, enquanto o percentual consolidado de Renda Variável/Estruturado/Imobiliário passou de **16,84% para 16,68%**.

4. Enquadramento perante a Resolução CMN nº 5.272/2025

Os principais enquadramentos registrados em junho foram:

Enquadramento	Carteira	Limite superior	Situação
Art. 7º, I	41,39%	100%	Enquadrado
Art. 7º, V	40,49%	47,49%	Enquadrado
Art. 7º, IX	0,00%	0,01%	Enquadrado
Art. 8º, I	12,84%	15%	Enquadrado
Art. 8º, III	3,53%	4,50%	Enquadrado
Art. 9º, III	1,44%	2,50%	Enquadrado
Art. 10º, III	0,14%	0,25%	Enquadrado
Art. 11	0,17%	0,25%	Enquadrado

Os percentuais apresentados permanecem dentro dos limites superiores previstos na Política de Investimentos. A Resolução CMN nº 5.272/2025 estabelece, entre outros, os limites de aplicação dos arts. 7º a 11 e os limites de concentração previstos no art. 19.

Portanto, quanto aos limites percentuais globais de alocação, a carteira encontrava-se enquadrada em junho de 2026.

5. Desenquadramentos passivos

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Apesar do enquadramento dos percentuais globais, permanecem situações de desenquadramento passivo relacionadas à concentração dos RPPS nos patrimônios líquidos de determinados fundos.

No relatório de junho, destacam-se:

- **Caixa Brasil Matriz:** 57,40%;
- **BB Seleção Fatorial:** 59,50%;
- **BB Valor:** 68,60%;
- **Caixa Expert Vinci Valor:** 100,12%;
- **Icatu Vanguarda Dividendos:** 72,00%;
- **Caixa Institucional BDR Nível I:** 87,90%.

O art. 19, §2º, da Resolução estabelece, como regra, que a participação total dos RPPS não pode ultrapassar **50% do patrimônio líquido do fundo**, ressalvadas as exceções previstas na própria norma.

A Ata de 17/06/2026 também registra que essas situações foram tratadas como **desenquadramentos passivos decorrentes da entrada em vigor da nova Resolução**, sujeitas ao prazo de regularização de até dois anos previsto no art. 27, §1º.

Assim, permanece necessário o acompanhamento individual dessas posições, inclusive para verificar a evolução dos percentuais e evitar o agravamento dos desenquadramentos.

6. Movimentações realizadas no mês

Durante junho foram registradas:

- **Aplicações:** R\$ 1.986.569,63;
- **Resgates:** R\$ 2.026.605,30;
- **Resultado financeiro:** R\$ 2.048.893,31.

Na **Renda Fixa**, foram realizadas aplicações de **R\$ 1.986.569,63** e resgates de **R\$ 1.995.910,11**.

A principal aplicação foi:

- **Caixa Brasil Títulos Públicos:** R\$ 1.986.569,63.

Entre os resgates de renda fixa, observam-se:

- Caixa Brasil Matriz: **R\$ 1.438.952,15**;
- Caixa Brasil Títulos Públicos: **R\$ 556.957,96**.

Na **Renda Variável/Estruturado/Imobiliário**, ocorreram resgates de:

- CXRI11: **R\$ 3.150,00**;
- Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP: **R\$ 26.647,70**;

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

- BRCR11: **R\$ 897,49.**

Não foram registradas novas aplicações nesse conjunto de investimentos durante junho.

No segmento exterior, não houve aplicações ou resgates, permanecendo a posição no **Santander Global Equities**.

7. Rentabilidade da carteira

Em junho de 2026, a carteira apresentou:

- **Rentabilidade mensal:** 0,83%;
- **Meta mensal:** 0,62%;
- **Resultado acima da meta:** **0,21 ponto percentual**;
- **Rentabilidade acumulada no ano:** 6,45%;
- **Meta acumulada:** 6,15%;
- **Resultado acumulado acima da meta:** **0,30 ponto percentual**;
- **Resultado financeiro de junho:** R\$ 2.048.893,31;
- **Resultado financeiro acumulado:** R\$ 14.954.674,23.

Dessa forma, junho apresentou resultado superior à meta mensal, contribuindo para ampliar a margem positiva acumulada no exercício.

Ao final do primeiro semestre, a rentabilidade acumulada de **6,45%** superou a meta acumulada de **6,15%**.

8. Desempenho por segmento

8.1. Renda Fixa

A Renda Fixa apresentou rentabilidade de **0,99%** em junho, com resultado financeiro de aproximadamente **R\$ 1,996 milhão**.

Entre os principais resultados:

- **BB Perfil:** **1,15%**;
- **Caixa Brasil Referenciado DI:** **1,14%**;
- **Santander Institucional Premium:** **1,13%**;
- **Bradesco IRF-M 1:** **1,11%**;
- **Santander IRF-M 1:** **1,11%**;
- **Caixa Brasil Matriz:** **1,05%**;
- **Caixa Brasil Títulos Públicos:** **1,02%**;

O desempenho do segmento foi, portanto, **positivo e contribuiu de forma relevante para o resultado mensal da carteira**.

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Em relação aos benchmarks, o **CDI apresentou 1,12%**, enquanto os principais fundos referenciados em CDI apresentaram resultados próximos ou superiores a esse indicador.

8.2. Renda Variável / Estruturados / Imobiliário

O conjunto apresentou retorno de aproximadamente **-0,06%** em junho, com resultado financeiro negativo de **R\$ 24.098,81**.

Entre os resultados positivos, destacaram-se:

- Caixa Construção Civil: **2,95%**;
- CXRI11: **2,84%**;
- Santander Dividendos: **2,58%**;
- BB Seleção Fatorial: **0,39%**;
- Icatu Vanguarda Dividendos: **0,33%**;
- Caixa Expert Vinci Valor: **0,20%**.

Entre os resultados negativos:

- BRCR11: **-5,47%**;
- MOS Institucional: **-3,20%**;
- BB Ibovespa Ativo: **-1,72%**;
- BB Valor: **-1,06%**;
- Itaú FOF RPI Ibovespa: **-0,62%**;
- Caixa Institucional BDR: **-0,61%**;
- BB Bolsa Americana: **-0,31%**.

O resultado agregado do segmento foi praticamente estável no mês, com recuperação de parte dos ativos em relação ao desempenho de maio/2026. Houve redução parcial das perdas em alguns fundos, contudo não suficiente para reverter o resultado negativo, permanecendo a necessidade de acompanhamento dos retornos acumulados e do comportamento de cada investimento em relação ao seu respectivo benchmark.

8.3. Investimento no Exterior

O segmento exterior apresentou rentabilidade de **2,19%** em junho, com resultado financeiro de **R\$ 76.548,37**.

O fundo **Santander Global Equities** apresentou retorno de **2,19%**, enquanto o **MSCI World**, utilizado como benchmark, apresentou **1,54%**.

9. Considerações sobre a Ata do Comitê de Investimentos

Na reunião de 17/06/2026, foram analisados o desempenho da carteira, os enquadramentos decorrentes da Resolução CMN nº 5.272/2025 e determinadas posições que permanecem em acompanhamento.

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A Ata registra que os investimentos analisados foram mantidos naquele momento, sem encerramento das posições, ficando definido que permaneceriam sob acompanhamento periódico, observados os prazos e as disposições regulamentares.

MOS Institucional

Foi dada atenção específica ao **MOS Institucional**, que se encontrava em processo de cisão.

A Ata registra histórico de reestruturações do investimento e desempenho acumulado considerado insatisfatório em relação ao Ibovespa. Diante disso, o Conselho de Administração deliberou pelo encerramento da aplicação, autorizando as providências necessárias para o resgate dos recursos, estimados em aproximadamente R\$ 1,5 milhão, com destinação inicial ao Caixa Brasil Títulos Públicos.

Sob a ótica do Controle Interno, a medida vislumbrou redução da inadequação diante de histórico de desempenho do fundo e das exigências regulatórias.

Demais posições analisadas

Consta da Ata a análise do **Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP, BTG Pactual Corporate Office Fund – BRCR11 e Caixa Rio Bravo – CXRI11**. Para esses investimentos, foi deliberada a manutenção das aplicações naquele momento, com acompanhamento periódico e eventual reavaliação de desinvestimento.

10. Estratégia para os recursos

Manutenção da estratégia de direcionamento dos novos recursos para o **Caixa Brasil Títulos Públicos**, especialmente os provenientes dos aportes e contribuições mensais. Também foi mantida a sistemática de resgates destinados ao custeio das despesas do Fundo Previdenciário, utilizando o Caixa Brasil Referenciado DI e o Caixa Brasil Matriz.

Fundos de vértice com vencimento em 2027, que possuíam resgate previsto para 15 de agosto: avaliação posterior de alternativas para reaplicação dos recursos, estimados em aproximadamente **R\$ 20 milhões**.

11. CONCLUSÃO

Diante da análise realizada, verifica-se que em junho de 2026 a carteira de investimentos do IAPEN encontrava-se enquadrada quanto aos limites percentuais globais previstos na Resolução CMN nº 5.272/2025 e na Política de Investimentos.

Permanecem, entretanto, situações específicas de desenquadramento passivo relacionadas à concentração dos investimentos em determinados fundos, as quais estão sujeitas ao acompanhamento e ao prazo de regularização previsto na regulamentação.

No aspecto da rentabilidade, o resultado de junho foi **positivo em 0,83%**, superando a meta mensal em **0,21 ponto percentual**. Com isso, a rentabilidade acumulada no primeiro semestre alcançou **6,45%**, ficando acima da meta acumulada para o período.

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Assim, não foram identificados, na análise realizada, desenquadramentos ativos quanto aos limites globais de alocação da carteira, permanecendo como pontos de atenção o acompanhamento dos desenquadramentos passivos, a regularização das posições individuais e o monitoramento dos investimentos com desempenho ou concentração que demandem maior atenção.

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO – Julho/2026

1. Objetivo

Analisar, sob a perspectiva do Controle Interno, a carteira de investimentos do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Garça – IAPEN, referente a **julho de 2026**, considerando a composição da carteira, os limites de aplicação, a Política de Investimentos vigente no período, a rentabilidade e as movimentações realizadas, observando as deliberações dispostas na ata de reunião do Comitê de Investimentos.

A referida análise foi subsidiada pelo Relatório Analítico dos Investimentos – julho de 2026, disponível na transparência do Instituto através do link https://iapengarca.sp.gov.br/wp-content/uploads/2026/08/Relatorio-Jul_26.pdf

2. Fundamentação

Para julho de 2026, aplica-se a Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, que entrou em vigor em 02/02/2026 e revogou a Resolução CMN nº 4.963/2021.

3. Composição da carteira

Ao final de julho, a carteira apresentava a seguinte composição:

Segmento	Valor	Participação
Renda Fixa	R\$ 206.890.330,90	82,67%
Renda Variável	R\$ 39.043.816,09	15,60%
Exterior	R\$ 3.517.567,23	1,41%
Estruturados	R\$ 389.002,12	0,16%
Fundo Imobiliário	R\$ 417.082,37	0,17%

Em relação a junho, observa-se aumento da Renda Fixa, de **81,87% para 82,67%**, enquanto o conjunto de Renda Variável/Estruturado/Imobiliário passou de **16,68% para 15,92%**.

4. Enquadramento perante a Resolução CMN nº 5.272/2025

Os principais enquadramentos apresentados no relatório de julho foram:

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Enquadramento Carteira Limite superior Situação

Art. 7º, I	42,53%	100%	Enquadrado
Art. 7º, V	40,14%	47,49%	Enquadrado
Art. 7º, IX	0,00%	0,01%	Enquadrado
Art. 8º, I	12,18%	15%	Enquadrado
Art. 8º, III	3,42%	4,50%	Enquadrado
Art. 9º, III	1,41%	2,50%	Enquadrado
Art. 10º, III	0,16%	0,25%	Enquadrado
Art. 11	0,17%	0,25%	Enquadrado

Os percentuais permaneceram dentro dos limites superiores estabelecidos na Política de Investimentos.

Assim, quanto aos limites percentuais globais de alocação, a carteira encontrava-se enquadrada em julho de 2026.

5. Desenquadramentos passivos

Embora os limites globais de alocação estejam enquadrados, permanecem situações específicas de desenquadramento passivo relacionadas à concentração do RPPS no patrimônio líquido de determinados fundos.

Em julho, destacam-se:

- **Caixa Brasil Matriz:** 57,40%;
- **BB Seleção Fatorial:** 59,80%;
- **BB Valor:** 68,70%;
- **Caixa Expert Vinci Valor:** 100,03%;
- **Icatu Vanguarda Dividendos:** 72,10%;
- **Caixa Institucional BDR Nível I:** 88,00%.

O art. 19, §2º, da Resolução CMN nº 5.272/2025 estabelece, como regra, que a participação total dos RPPS nos fundos de investimento deve ser limitada a 50% do patrimônio líquido do fundo, ressalvadas as exceções previstas na própria norma.

Tais situações devem continuar sendo tratadas como **desenquadramentos passivos**, especialmente aquelas decorrentes da entrada em vigor da nova regulamentação, observando-se o disposto no art. 27 da Resolução.

Evolução positiva

Importante registrar que o **MOS Institucional**, que constava entre as posições em situação de concentração nos meses anteriores, foi integralmente resgatado em julho. O relatório analítico demonstra resgate de **R\$ 1.469.207,78**, com encerramento da posição.

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Os recursos resgatados do respectivo fundo foram posteriormente direcionados ao Caixa Brasil Títulos Públicos, caracterizando medida efetiva de redução de uma das posições que vinha sendo objeto de acompanhamento.

6. Movimentações realizadas no mês

Durante julho foram registradas:

- **Aplicações:** R\$ 3.276.536,69;
- **Resgates:** R\$ 2.920.064,34;
- **Resultado financeiro do mês:** R\$ 2.373.123,94.

Na **Renda Fixa**, foram realizadas aplicações de **R\$ 3.276.536,69** e resgates de **R\$ 1.446.809,07**.

A aplicação integral foi direcionada ao:

- **Caixa Brasil Títulos Públicos:** R\$ 3.276.536,69.

Na Renda Variável/Estruturado/Imobiliário, foram registrados resgates de:

- **MOS Institucional:** R\$ 1.469.207,78;
- **CXRI11:** R\$ 3.150,00;
- **BRCR11:** R\$ 897,49.

Não foram realizadas novas aplicações nesse conjunto de investimentos.

No segmento de **Exterior**, não ocorreram aplicações ou resgates, permanecendo a posição no Santander Global Equities.

7. Rentabilidade da carteira

Em julho de 2026, a carteira apresentou:

- **Rentabilidade mensal:** 0,96%;
- **Meta mensal:** 0,57%;
- **Resultado acima da meta:** 0,39 ponto percentual;
- **Rentabilidade acumulada no ano:** 7,47%;
- **Meta acumulada:** 6,76%;
- **Resultado acumulado acima da meta:** 0,71 ponto percentual;
- **Resultado financeiro de julho:** R\$ 2.373.123,94;
- **Resultado financeiro acumulado:** R\$ 17.327.798,17.

Portanto, **julho apresentou resultado superior à meta mensal**, contribuindo para ampliar a diferença positiva acumulada no exercício.

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

8. Desempenho por segmento

8.1. Renda Fixa

A Renda Fixa apresentou rentabilidade de **1,17%** em julho, contribuindo positivamente para o resultado da carteira. O retorno financeiro do segmento foi de **R\$ 2.397.869,62**.

Entre os principais resultados, destacam-se:

- Caixa Brasil 2030 III: **1,48%**;
- BB Títulos Públicos Vértice 2028: **1,32%**;
- Santander IRF-M 1: **1,26%**;
- Bradesco IRF-M 1: **1,25%**;
- BB Perfil: **1,24%**;
- Santander Institucional Premium: **1,24%**;
- Caixa Brasil Referenciado DI: **1,22%**;
- Caixa Brasil Títulos Públicos: **1,15%**.

O desempenho do segmento foi positivo e representou o principal suporte para o resultado da carteira no mês.

No caso do **BB Perfil**, o retorno de 1,24% ficou acima do CDI de 1,22% no período. Já o **Caixa Brasil Títulos Públicos**, com retorno de 1,21% na tabela de benchmark, apresentou desempenho bem próximo ao CDI.

8.2. Renda Variável / Estruturados / Imobiliário

O conjunto apresentou resultado financeiro positivo de aproximadamente **R\$ 33.244,06**, com retorno de **0,08%** no mês.

Entre os resultados positivos, destacam-se:

- **Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP**: 15,62%;
- **BB Valor**: 2,41%;
- **Santander Dividendos**: 2,40%;
- **Icatu Vanguarda Dividendos**: 1,65%;
- **Itaú FOF RPI Ibovespa**: 1,55%;
- **Caixa Expert Vinci Valor**: 1,17%.

Por outro lado, apresentaram resultados negativos:

- **Caixa Construção Civil**: -10,93%;
- **BRCR11**: -3,89%;
- **Caixa Institucional BDR**: -2,07%;
- **CXRI11**: -0,21%.

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O resultado consolidado do segmento ficou praticamente estável, pois os desempenhos positivos de diversos fundos compensaram parte das perdas observadas em outros investimentos, resultando em ligeira recuperação face os retornos negativos acumulados em maio e junho/2026.

Destaque – Brasil Portos

O **Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP** apresentou retorno de **15,62%**, enquanto o benchmark IPCA + 9,50% apresentou 0,90% no mês. O desempenho do fundo foi, portanto, significativamente superior ao referencial no período.

Destaque negativo – Caixa Construção Civil

O **Caixa Construção Civil** apresentou queda de **10,93%** em julho. O resultado merece acompanhamento, principalmente porque o fundo acumulava retorno de **-10,22% no ano**.

A rentabilidade negativa **não caracteriza irregularidade**, mas recomenda-se manter o monitoramento do desempenho e da estratégia do fundo.

8.3. Investimento no Exterior

O investimento no exterior apresentou rentabilidade de **-1,62%** em julho.

O **Santander Global Equities** apresentou retorno de -1,62%, enquanto o **MSCI World**, utilizado como benchmark, apresentou -1,46%.

Apesar do resultado negativo, a posição permanece dentro do limite regulamentar e da Política de Investimentos.

9. Considerações sobre a Ata do Comitê de Investimentos

Na reunião de **22/07/2026**, foram analisados o desempenho da carteira, o cenário econômico e as alternativas para os recursos provenientes dos fundos de vértice com vencimento em agosto.

A Ata registra que, em **06/07/2026**, foi recebido o valor de **R\$ 1.469.207,78** referente ao resgate do **MOS Institucional**, com posterior direcionamento dos recursos ao Caixa Brasil Títulos Públicos, conforme já registrado neste relatório.

Também foram analisados os recursos dos fundos de vértice com vencimento em **15 de agosto**, que totalizavam aproximadamente **R\$ 20,2 milhões**.

Apresentação da proposta de realocação desses recursos:

- **60% para vencimento em 2028;**
- **40% para vencimento em 2030.**

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A proposta considerou taxas indicativas de aproximadamente **IPCA + 8,59% para 2028** e **IPCA + 8,39% para 2030**, além da baixa taxa de administração dos fundos.

A Ata registra ainda que a carteira apresentava aproximadamente **73,6% de liquidez**, e que os recursos já se encontravam alocados em fundos de vértice, de modo que a operação proposta não deveria comprometer a liquidez ou o cumprimento das obrigações previdenciárias.

Foi autorizado o credenciamento dos fundos correspondentes às estratégias de vencimento em 2028 e 2030, bem como a aplicação dos recursos na proporção de 60% e 40%, respectivamente, condicionada à manutenção das condições apresentadas.

Quanto às demais posições da carteira, consta da Ata a manutenção da estratégia de alocação vigente, sem novas propostas de alteração. Os recursos decorrentes dos aportes e contribuições mensais permaneceram direcionados ao **Caixa Brasil Títulos Públicos**, enquanto os resgates destinados ao custeio do Fundo Previdenciário continuaram sendo realizados conforme a necessidade de fluxo de caixa.

10. CONCLUSÃO

Diante da análise realizada, verifica-se que em julho de 2026 a carteira de investimentos do IAPEN encontrava-se enquadrada quanto aos limites percentuais globais previstos na Resolução CMN nº 5.272/2025 e na Política de Investimentos.

Permanecem, contudo, posições específicas em situação de desenquadramento passivo relacionadas à concentração dos investimentos em determinados fundos, as quais devem continuar sendo acompanhadas até sua regularização, observando-se as disposições do art. 27 da Resolução.

No aspecto da rentabilidade, o resultado de julho foi de **0,96%**, superando a meta mensal de 0,57% em **0,39 ponto percentual**. Com isso, a rentabilidade acumulada até julho alcançou **7,47%**, superando a meta estabelecida para o período.

Destaca-se, ainda, a continuidade das medidas de adequação da carteira, especialmente o **resgate integral do MOS Institucional** e a análise da realocação dos recursos dos fundos de vértice com vencimento em agosto, demonstrando atuação dos órgãos responsáveis na gestão e no acompanhamento das posições.

Assim, não foram identificados, na análise realizada, desenquadramentos ativos quanto aos limites globais de alocação da carteira. Permanecem como pontos de atenção os desenquadramentos passivos de concentração, o acompanhamento das posições individuais e a verificação da efetiva implementação das medidas de regularização e realocação deliberadas.

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO – Agosto/2026

1. Objetivo

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Analisar, sob a perspectiva do Controle Interno, a carteira de investimentos do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Garça – IAPEN, referente a **agosto de 2026**, considerando a composição da carteira, os limites de aplicação, a Política de Investimentos vigente no período, a rentabilidade e as movimentações realizadas, observando as deliberações dispostas na ata de reunião do Comitê de Investimentos.

A referida análise foi subsidiada pelo Relatório Analítico dos Investimentos – agosto de 2026, obtido através do link https://iapengarca.sp.gov.br/wp-content/uploads/2026/09/Relatorio-Ago_26.pdf

2. Fundamentação

Para agosto de 2026, aplica-se a Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, que entrou em vigor em 02/02/2026 e revogou a Resolução CMN nº 4.963/2021.

3. Composição da carteira

Em 31 de agosto de 2026, a carteira de investimentos apresentou a seguinte composição:

Segmento	Valor	%
Renda Fixa	R\$ 209.597.781,07	82,69%
Renda Variável	R\$ 39.381.388,02	15,54%
Investimento no Exterior	R\$ 3.681.676,42	1,45%
Estruturados	R\$ 388.922,32	0,15%
Fundo Imobiliário	R\$ 422.954,02	0,17%

A renda fixa permanece como principal segmento da carteira, representando 82,69% dos investimentos.

4. Enquadramento perante a Resolução CMN nº 5.272/2025

Dispositivo	% Carteira	Limite	Situação
Art. 7º, I	43,28%	100,00%	Enquadrado
Art. 7º, V	39,41%	47,49%	Enquadrado
Art. 7º, IX	0,00%	0,01%	Enquadrado
Art. 8º, I	11,97%	15,00%	Enquadrado
Art. 8º, III	3,57%	4,50%	Enquadrado
Art. 9º, III	1,45%	2,50%	Enquadrado
Art. 10º, III	0,15%	0,25%	Enquadrado
Art. 11º	0,17%	0,25%	Enquadrado

Verifica-se, portanto, que as alocações globais dos segmentos permanecem dentro dos limites regulamentares e dos limites estabelecidos na Política de Investimentos.

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

5. Desenquadramentos passivos

Permanecem situações de desenquadramento passivo decorrentes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Conforme registrado na Ata de 19/08/2026, foram identificados, em relação ao **art. 2º, §2º, inciso I**, os fundos **Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP** e **Premium FIDC Sênior 1**, em razão da exigência relacionada à classificação do administrador ou gestor nas categorias S1 ou S2.

Também foram identificados desenquadramentos relativos ao **art. 19, inciso III, §2º**, que limita a participação dos RPPS a, no máximo, 50% do patrimônio líquido dos respectivos fundos, envolvendo:

- Caixa Brasil Matriz;
- BB Seleção Fatorial;
- BB Valor;
- Caixa Expert Vinci Valor;
- Icatu Vanguarda Dividendos;
- Caixa Institucional BDR Nível I.

6. Movimentações realizadas no mês

Em agosto foram realizadas **aplicações de R\$ 23.187.565,87** e **resgates de R\$ 22.860.290,02**, com resultado financeiro positivo de **R\$ 2.887.647,29** no mês.

Na renda fixa, as aplicações totalizaram **R\$ 23.187.565,87**, enquanto os resgates somaram **R\$ 22.856.142,53**.

Entre as principais movimentações, destacam-se:

- aplicação de aproximadamente **R\$ 7,68 milhões** no BB Títulos Públicos Vértice Especial 2028;
- aplicação de **R\$ 5,55 milhões** no Caixa Brasil Especial 2028;
- aplicação de **R\$ 3,70 milhões** no Caixa Brasil Especial 2030;
- aplicação de aproximadamente **R\$ 4,45 milhões** no BB Títulos Públicos Vértice Especial 2030;
- resgate de aproximadamente **R\$ 11,37 milhões** do BB Títulos Públicos Vértice 2026;
- resgate de aproximadamente **R\$ 4,57 milhões** do Caixa Brasil Especial 2026;
- resgate de aproximadamente **R\$ 4,52 milhões** do Caixa Brasil 2026 X;
- resgate de aproximadamente **R\$ 1,00 milhão** do Caixa Brasil Matriz;
- resgate de aproximadamente **R\$ 653 mil** do BB Perfil.

Na renda variável, houve resgates de **R\$ 4.147,49**, sendo R\$ 3.250,00 do CXRI11 e R\$ 897,49 do BRRCR11, sem novas aplicações no segmento.

No investimento no exterior, não foram registradas aplicações ou resgates, permanecendo o Santander Global Equities como único investimento do segmento.

6. Rentabilidade da carteira

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Em agosto de 2026, a carteira apresentou rentabilidade de **1,15%**, correspondente a resultado financeiro positivo de **R\$ 2.887.647,29**.

Indicador	Agosto/2026
Rentabilidade mensal	1,15%
Meta mensal	0,14%
Diferença	+1,01 p.p.
Rentabilidade acumulada	8,71%
Meta acumulada	6,91%
Diferença acumulada	+1,80 p.p.
Resultado financeiro do mês	R\$ 2.887.647,29
Resultado financeiro acumulado	R\$ 20.215.445,46

O resultado mensal ficou **1,01 ponto percentual acima da meta**, enquanto a rentabilidade acumulada no exercício atingiu **8,71%**, superando a meta estabelecida.

Sendo assim, em agosto observa-se ampliação da diferença positiva entre o resultado acumulado da carteira e a meta de rentabilidade.

7. Desempenho por segmento

7.1. Renda Fixa

A renda fixa apresentou, em agosto, rentabilidade de **1,15%**, com resultado positivo de **R\$ 2.376.026,83**.

O CDI apresentou variação de **1,09%** no mês. Entre os investimentos vinculados ao CDI, destacaram-se:

- Caixa Brasil Matriz: **1,08%**;
- BB Perfil: **1,10%**;
- Santander Institucional Premium: **1,10%**;
- Caixa Brasil Referenciado DI: **1,13%**.

Os fundos vinculados ao IRF-M 1 - Bradesco IRF-M 1 e Santander IRF-M 1 - apresentaram **1,15%**, frente ao benchmark de **1,17%**. O Caixa Brasil IMA-B 5 apresentou **1,31%**, frente ao IMA-B 5 de **1,28%**.

Em relação aos fundos vértices, observaram-se resultados distintos no mês, especialmente em razão da marcação a mercado (MaM). O BB Títulos Públicos Vértice 2028 apresentou **1,48%**, enquanto o BB Vértice 2027 II resultou em **1,42%**. Também foram registradas rentabilidades positivas nos novos fundos vértices 2028 e 2030 constituídos no mês.

Considerando conjuntamente as **Atas de 22/07/2026 e 19/08/2026, o Relatório Analítico de agosto/2026, a Política de Investimentos 2026 e a Resolução CMN nº 5.272/2025**, verifica-se que as novas aplicações realizadas no segmento de renda fixa — BB Títulos Públicos Vértice Especial 2028 e 2030 e Caixa Brasil

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Especial 2028 e 2030 — **estão alinhadas às deliberações do Comitê de Investimentos**, inclusive quanto à estratégia de distribuição entre os vencimentos de 2028 e 2030. A execução registrada no relatório analítico é compatível com os valores deliberados, considerando a complementação aprovada em agosto. A estratégia também se mostra alinhada à Política de Investimentos e com o segmento de renda fixa previsto na Resolução CMN nº 5.272/2025.

Portanto, **nos limites da documentação analisada, não foram identificadas incompatibilidades entre as aplicações realizadas, as deliberações do Comitê, a Política de Investimentos e o enquadramento regulamentar.**

7.2. Renda Variável / Estruturados / Imobiliário

O conjunto de renda variável, estruturados e fundos imobiliários apresentou, em agosto, resultado positivo de **0,87%**, com resultado financeiro de **R\$ 347.511,27**.

Resultados positivos:

- Caixa Institucional BDR Nível I: **+5,59%**;
- BB Bolsa Americana: **+3,33%**;
- CXRI11: **+2,87%**;
- Caixa Construção Civil: **+2,00%**;
- BRCCR11: **+0,64%**.

Resultados negativos:

- Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP: **-0,02%**;
- BB Ibovespa Ativo: **-0,42%**;
- BB Seleção Fatorial: **-0,56%**;
- Caixa Expert Vinci Valor: **-0,79%**;
- BB Valor: **-0,91%**;
- Itaú FOF RPI Ibovespa: **-1,12%**;
- Icatu Vanguarda Dividendos: **-1,87%**;
- Santander Dividendos: **-2,16%**.

Na comparação com os benchmarks apresentados no relatório, o Caixa Institucional BDR Nível I apresentou **5,59%**, frente ao Global BDRX de **6,04%**; o BB Ibovespa Ativo apresentou **-0,42%**, frente ao Ibovespa de **-0,33%**. O CXRI11 apresentou **2,87%**, enquanto o IFIX registrou **-1,46%**.

No mercado brasileiro, o Ibovespa encerrou agosto em queda, apesar de forte recuperação na segunda metade do mês. O índice acumulou nove baixas consecutivas. A saída de recursos estrangeiros esteve entre os fatores que pressionaram o mercado (https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2026/08/14/ibovespa-recua-e-fecha-semana-com-maior-serie-de-perdas-diarias-desde-2023.htm?utm_source=chatgpt.com).

GABINETE DO PREFEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O resultado consolidado positivo de 0,87% demonstra recuperação do segmento, embora permaneça necessário o acompanhamento dos fundos que apresentaram desempenho negativo no mês.

7.3. Investimento no Exterior

O segmento de investimentos no exterior apresentou rentabilidade de **4,67%**, com resultado financeiro positivo de **R\$ 164.109,19**.

O Santander Global Equities apresentou **4,67%**, enquanto o **MSCI World** apresentou **4,58%**, resultando em diferença positiva de **0,09 ponto percentual** em favor do fundo.

8. Considerações sobre a Ata do Comitê de Investimentos

A Ata registrou os desenquadramentos passivos decorrentes da Resolução CMN nº 5.272/2025, incluindo as situações relacionadas ao art. 2º, §2º, inciso I, e ao art. 19, inciso III, §2º, destacando que a regularização deverá ocorrer no prazo de até dois anos.

Quanto à estratégia para os recursos, foram reaplicados aqueles provenientes dos fundos vértices com vencimento em 2026 em fundos com vencimentos em 2028 e 2030. Na Caixa Econômica Federal, foram aplicados aproximadamente **R\$ 5,55 milhões no vértice 2028 e R\$ 3,70 milhões no vértice 2030**. No Banco do Brasil, foram aplicados aproximadamente **R\$ 6,68 milhões no vértice 2028 e R\$ 4,45 milhões no vértice 2030**.

Também foi aprovada a realização de resgate adicional de aproximadamente **R\$ 653 mil do BB Perfil**, para completar aproximadamente R\$ 1 milhão destinado à reaplicação no vértice 2028.

Não foram apresentadas propostas de alteração da estratégia de alocação do restante da carteira, permanecendo as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos. A ata também manteve a orientação de direcionamento das novas aplicações decorrentes de aportes e contribuições ao **Caixa Brasil Títulos Públicos**, bem como os resgates para custeio das despesas mensais por meio do Caixa Brasil Referenciado DI e Caixa Brasil Matriz.

9. CONCLUSÃO

A carteira de investimentos do IAPEN, referente a agosto de 2026, apresentou composição global enquadrada nos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e pela Política de Investimentos, ressalvadas as situações de desenquadramento passivo decorrentes da nova regulamentação.

No mês, a carteira apresentou rentabilidade de **1,15%**, superior à meta de **0,14% em 1,01 ponto percentual**. No acumulado do exercício, a rentabilidade atingiu **8,71%**, superando a meta acumulada de **6,91%**.

No segmento de renda variável, embora o resultado consolidado tenha sido positivo, os desempenhos individuais tiveram comportamento misto, sendo necessário continuar acompanhando os fundos com

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

resultados negativos no mês, bem como daqueles que apresentaram desempenho acumulado inferior aos respectivos benchmarks.

As movimentações realizadas em agosto mostram aderência às deliberações constantes da Ata de 19/08/2026, especialmente quanto à reaplicação dos recursos dos fundos vértices, ao resgate adicional do BB Perfil e à manutenção da estratégia de direcionamento de novos recursos para o Caixa Brasil Títulos Públicos.

Portanto, recomenda-se a continuidade do acompanhamento da carteira, especialmente quanto à regularização dos desenquadramentos passivos, à evolução dos investimentos com desempenho inferior aos respectivos benchmarks e à manutenção da aderência das movimentações à Política de Investimentos e à regulamentação vigente.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS RELEVANTES

O Diretor Superintendente realizou a conferência mensal das contribuições, atestando o cumprimento legal dos repasses tanto para o fundo financeiro, quanto para o fundo previdenciário, conjuntamente ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal (tramitação registrada através de memorando).

Constatou-se, através de relatório contábil (SCPI), que o Ente Prefeitura realizou, **no período de janeiro a agosto de 2026**, aportes ao Fundo Financeiro para cobertura de déficit no total de R\$ 5.035.627,73. Ainda, conforme conferência pelo empenho global – pago, foram identificados repasses relacionados ao aporte para cobertura de déficit atuarial, **no mesmo período em referência**, no montante total de R\$ 1.313.065,52, em cumprimento ao disposto nos arts. 81 e 82 da Lei Complementar nº 88/2022.

DO RELATÓRIO DE ALERTA RRPS - TCESP

Não foram emitidos relatórios de alerta - RRPS para o período em análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registre-se que a emissão extemporânea deste relatório em relação ao prazo previsto no Plano Operativo Anual do Controle Interno, origina-se na responsabilidade deste órgão em elaborar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas referentes às pactuações com entidades do Terceiro Setor. No exercício de 2025, com emissão de pareceres em 2026, haviam 50 (cinquenta) termos em vigência/encerrados no período, entre fomento e colaboração, sendo todos analisados e manifestados individualmente, durante o final do mês de maio

GABINETE DO PREFEITO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

e integralmente nos meses de junho e julho/2026, cuja complexidade da matéria demandou atenção exclusiva do Controle Interno nos meses em referência.

Registre-se, ainda, que o presente relatório compreendeu a extensão das análises até **agosto de 2026**, com vistas ao cumprimento do art 8º do Decreto nº 10.578/2026.

Por fim, de acordo com o exposto, firmo o presente relatório e assino, encaminhando cópia ao Exmo. Srº Prefeito ciência e colhimento de assinatura, com posterior envio ao Diretor-Superintendente da Autarquia, para adoção de providências pertinentes.

Garça, 17 de setembro de 2026.

DIULLIE MARIA
HENRIQUETA
ZENILIA GUERRA
MIRANDA
MEND:32875179888

Assinado de forma digital por DIULLIE
MARIA HENRIQUETA ZENILIA GUERRA
MIRANDA MEND:32875179888
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Presencial, ou=49887805000198,
ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=(em branco), cn=DIULLIE MARIA
HENRIQUETA ZENILIA GUERRA
MIRANDA MEND:32875179888
Dados: 2026.09.18 15:44:48 -03'00'

DIULLIE MARIA HENRIQUETA ZENILIA GUERRA MIRANDA MENDES

Auditora Interna

Responsável pelo Sistema de Controle Interno do Município

Assinado por 2 pessoas: DIULLIE MARIA HENRIQUETA ZENILIA GUERRA MIRANDA MEND e JOSE ALCIDES FANECO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://garca.idoc.com.br/verificacao/701E-9F9B-5692-5646>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 701E-9F9B-5692-5646

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DIULLIE MARIA HENRIQUETA ZENILIA GUERRA MIRANDA MEND (CPF 328.XXX.XXX-88) em
18/09/2026 15:44:48 GMT-03:00

Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)



JOSE ALCIDES FANECO (CPF 032.XXX.XXX-34) em 21/09/2026 08:44:10 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://garca.1doc.com.br/verificacao/701E-9F9B-5692-5646>